



**Câmara Municipal de João Pessoa
Casa de Napoleão Laureano Gabinete
Gabinete do Vereador Fábio Carneiro**

PARECER PROJETO DE LEI Nº 2056/2024

**VEDA A NOMEAÇÃO DE BENS E
LOGRADOUROS PÚBLICOS COM NOME DE
PESSOAS CONDENADAS POR CRIMES DE
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Ordinária nº 2056/2024, de autoria do Vereador Guga, dispõe sobre a vedação à nomeação de bens e logradouros públicos com o nome de pessoas condenadas por crimes de violência contra a mulher no âmbito do Município de João Pessoa.

A proposta define que a vedação incidirá sobre condenações por crimes como feminicídio, crimes contra a liberdade sexual, exposição de intimidade sexual, violência doméstica e familiar, entre outros motivados por discriminação de gênero. A justificativa do autor está fundamentada na importância da proteção aos direitos das mulheres, destacando legislações como a Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio) e a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, vem agora o projeto a esta comissão para que seja emitido parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 44 do Regimento Interno.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A proposta legislativa encontra respaldo na Constituição Federal, especialmente no artigo 30, I, que confere aos municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local. A vedação de homenagem a pessoas condenadas por crimes graves contra as mulheres se insere no campo da moralidade administrativa e do respeito aos direitos fundamentais.

A iniciativa contribui para a promoção da igualdade de gênero e o combate à violência contra a mulher, temas que são prioridade nas políticas públicas brasileiras e em conformidade com tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção de Belém do Pará.

Ao impedir que logradouros públicos sejam nomeados em homenagem a pessoas condenadas por crimes de violência contra a mulher, a proposta reforça o compromisso do município com a dignidade da pessoa humana, os direitos das mulheres e a valorização de exemplos éticos e positivos na memória coletiva da cidade.

A medida possui também valor simbólico, pedagógico e cultural, pois evita a perpetuação de homenagens a figuras cuja conduta esteja em desacordo com os valores democráticos e humanitários.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, o relator manifesta **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei **Ordinária nº 2056/2024**, por reconhecer o seu mérito social, sua compatibilidade legal e sua relevância no fortalecimento da cidadania, da justiça e da igualdade de gênero no Município de João Pessoa.

João Pessoa, 07 de abril de 2025



VEREADOR FÁBIO CARNEIRO - SD



Câmara Municipal de João Pessoa
Casa de Napoleão Laureano Gabinete
Gabinete do Vereador Fábio Carneiro

III-PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Políticas Públicas, opinou pelo **PARECER FAVORÁVEL** ao **Projeto de Lei Ordinária de nº. 2056/2024**, em conformidade com o parecer do relator.

Salas das Comissões, 07 de abril de 2025.

JAILMA CARVALHO
Presidente

ÍCARO CHAVES
Vice-Presidente

ELIZA VIRGÍNIA
Membro

BOSQUINHO
Membro

RÔMULO DANTAS
Membro

TOINHO PÉ DE AÇO
Membro

FÁBIO CARNEIRO
Membro